

Prefácio

Os trabalhos deste número da *Perspectiva* poderiam ser organizados com diferente ordenamento. Coube-me, enquanto organizador, providenciar uma seqüência sem pretensão de hierarquizar a produção acadêmica dos que procuram, a partir dos **critérios** da filosofia ou a partir da **reflexão filosófica** ou, ainda, a partir da crítica própria da filosofia, discutir (diversamente: eis a possibilidade da **crítica radical**, isto é, filosófica) a educação e, inclusive, a (pressuposta?) filosofia da educação. A escolha (como tal, envolvendo, também, arbítrio) ora explicitada começa pelo **debate** sobre a filosofia da educação, evolui para a questão dos paradigmas e a racionalidade e finaliza com a discussão de alguns temas próprios da filosofia (da educação): ética, conhecimento, ideologia e subjetividade.

Desde os momentos iniciais da formação do Grupo de Trabalho (GT) Filosofia da Educação (FE) - originariamente denominado Grupo de Estudo (GE) - vem-se **(re)pensando a filosofia da educação**. No presente número, expressão do esforço teórico de pesquisadores levado a termo na 21ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd - em 1998, dois trabalhos ocupam-se diretamente com essa reflexão. No primeiro texto elencado, Tarso B. MAZZOTTI, pergunta: **“Filosofia da Educação: uma outra filosofia?”** O autor questiona “a afirmação de que a filosofia da educação é aplicação de alguma filosofia”. Adota a tese já conhecida de que “a [filosofia] da educação tem por tarefa elucidar as teorias pedagógicas” e tenta oferecer uma nova contribuição ao cogitar o papel de efetivação da interdisciplinaridade no conhecimento pedagógico.

O segundo texto, de Newton Aquiles von ZUBEN, vai na mesma direção ao discutir a “identidade da filosofia da educação”. Ao centrar o “sentido”, o autor pergunta: **“Que sentido teria hoje a Filosofia da Educação?”** E continua: “Creio” [sic] que a Filosofia da Educação não tem que justificar a sua existência e seu projeto (...) Trata-se (...) [de] estabelecer de modo crítico as articulações entre os discursos: o científico e o filosófico [de modo a possibilitar-se o **“pensamento complexo”**] inaugurado por Heráclito e reproposto por Morin.

Dando continuidade ao “ordenamento” (ou sentido) proposto, vem o texto de Maria Célia Marcondes de MORAES, de certa forma denunciando a **ausência da reflexão filosófica em nossa sociedade**. Enquanto von Zuben fala que “muitos crêem que a educação está em agonia (...) e que a Filosofia da Educação estaria ... inscrevendo em sua agenda uma teoria da ação e uma ética instituída de modo diferente”, Moraes afirma: “Compreendo que as atuais crises e mudanças paradigmáticas - políticas, éticas, estéticas, educacionais, entre outros - apontam, ao contrário, para uma [necessária] **conversação filosófica mais profunda** e alcançam, mesmo quando de forma mediada, as esferas culturais e sócio-políticas mais amplas”, culminando, inclusive, num “espírito da época” marcado pela problemática “adesão paradigmática” - expresso exemplarmente na “recente avaliação da Pós-Graduação brasileira pela CAPES”. Ante a **crença na agonia** (fim da história ou abdicação de fazer história?) da educação e a **fácil adesão paradigmática** (negação da “complexidade?”), vale pensar, juntamente (e parodiando) com Moraes: “quem sabe não seria o caso de se perguntar se seria possível à universidade [e parodiando: à filosofia] pensar uma sociedade que não se pensa ou para a qual o pensamento sobre si mesma esgota-se, quando muito, na absurda extrapolação idealizada do presente”.

O trabalho de Avelino da Rosa OLIVEIRA, intitulado “O problema da verdade e a educação: uma abordagem a partir de Horkheimer”, volta à já recorrente (não esgotada) discussão sobre a “**crise da razão**”. O esforço empreendido por esse autor é para “demonstrar” que Horkheimer não renuncia à “**força da razão**” e, nesse sentido, pode ser visto como potencializador da denúncia de Moraes em relação à (fácil) adesão (ausência de pensamento) paradigmática própria do ora “espírito da época” (a nosso ver: globalização a qualquer custo, mesmo que desconstituente das particularidades/singularidades co-constituintes e co-instituintes do (dialético) Uno-Diverso real em devir; Estado Mínimo em tempo(s) de (ainda) barbárie; a quebra da noção “Estado de Direito”; a fantasia do “virtual” enquanto real efetivo; a **exclusão social** como algo natural; (...). Segundo Oliveira, coerente com o pensamento de Horkheimer, não se trata da razão instrumental e domesticada, mas de uma “**razão que olha criticamente** [isto é, filosófica]”.

Já que não se trata da defesa de qualquer razão, propomos a leitura atenta do texto de Marcelo Gustavo de SOUZA: “Educar para o pensa-

mento: uma reflexão a partir de Hannah Arendt”. Souza busca, a partir desta filósofa, exercer uma reflexão sobre o “educar para o pensamento”, de modo que as pessoas não tomem o seu mundo vivencial como “normal” ou “natural”. Segundo o autor, mesmo em um contexto marcado por fatos escandalosos, “tudo parece normal”. E continua: “O trópico dessa realidade é que estamos nos acostumando com o horror (...) perdemos a capacidade de nos indignar (...)”. Quanto a isto, torna-se emblemático o seguinte dizer de Pessanha (1993)¹: “Precisaria perceber que há na imaginação uma instância criadora que nos tira do fatalismo mecanicista que se atribui ao jogo da sociedade. Para isso é preciso resgatar o direito à criatividade da imaginação. Resgatar a ética como uma normatividade que se legitima a partir da indignação, do espanto diante da ausência de justiça” (p.35-6) (grifo meu). Nesse sentido voltamos à inquietação de Souza: “Afinal, o que podemos fazer no campo educacional a fim de superar a falta de indignação diante de tais fatos. E mais: pode a educação contribuir para que esses fatos não ocorram?”

E os textos do presente número continuam realizando a instigação e inquietação própria da filosofia, especialmente ante um imaginário coletivo que naturaliza ou normaliza o real, destituindo, entre outros, a história, o sujeito e seu potencial criador, a utopia da liberdade, a crítica (filosófica). O trabalho de Renato José de OLIVEIRA, explorando a relação “ética e conhecimento”, continua debatendo o conceito central “razão”. Pergunta o autor: “Como a Razão (Logos) influencia e é influenciada por um ethos, tomado no sentido de um conjunto de disposições que orienta o agir prático dos homens?” A reflexão de Oliveira ganha contundência ante o “espírito da época” (Moraes) que, a nosso ver, também tem a marca da exclusão, reincorporando, nessa, a velha noção de “seleção natural” e “purificação” da espécie, cogitando, inclusive, a exclusão de toda e qualquer humanidade na “individuação” (Newton Duarte, 1993)² realizada por grande parte das pessoas. A terceira parte do trabalho - “saúde perfeita” (“a grande utopia do próximo século”) - adverte

1 José Américo Pessanha. Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação, ética. **Cadernos ANPEd**. Porto Alegre, n. 4, set. 1993, p. 7-36. Trata-se de conferência do autor na 15ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu, MG, no ano de 1992.

2 Newton Duarte. A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

quanto a possibilidade de **radicalização da exclusão** e, até mesmo, da extinção daqueles que ora compõem a massa dos **sobrantes**³, uma vez que “as práticas eugênicas ensinam como selecionar os mais bem dotados pela natureza e a coibir a proliferação da ‘escória’, do ‘lixo humano’ que só contribui para a degradação da espécie”.

O estudo de Amarildo Luiz TREVISAN pretende, centrando também o conceito de razão/racionalidade, “fazer uma crítica ao discurso apologético [destituído de razão?] da **globalização técnica** a partir do estudo de modelos reflexivos em conflito e tendo presente a imagem da metáfora do espelho do conhecimento”. No debate da(s) racionalidade(s) e tendo presente os “pressupostos interessados” na questão da “condição humana”, procura dar conteúdo ao questionamento sobre a “ampliação ou encurtamento de perspectivas para o âmbito pedagógico”. Estabelecida a sua reflexão, o autor posiciona-se contra o “encurtamento de uma ampla gama de perspectivas pedagógicas, subsumindo-as a uma racionalidade estreita, fechada e que esconde os seus verdadeiros interesses: tornar artificiais, estratégicos e controlados todos os comportamentos, inclusive o **comportamento global da espécie humana**”.

Lilium do VALLE, por sua vez, busca “colocar em relevo as contribuições fornecidas pela obra de Cornelius Castoriadis à fixação dos principais conceitos e interrogações (...) a cada vez que se trata de pensar a **instituição da sociedade e do indivíduo social**”. Face à problemática instituição da sociedade e do indivíduo social sob o capital, comprometendo o ideal (da modernidade) da emancipação social/realização do projeto democrático (nesse a instituição da **Escola Pública brasileira**) e considerando que “hoje (...) quando esta mesma significação parece, ela própria, perigosamente colocada em risco, e que é um discurso neo-conservador que a acusa de vacuidade, torna-se indispensável elucidar, na instituição de nossa modernidade, a tensão entre as duas tendências, de modo a que não acabemos, por descuido, reduzindo as nossas expectati-

3 Sobre esse problema, ver Hugo Assmann. **Crítica à lógica da exclusão: ensaios sobre economia e teologia**. São Paulo: Paulus, 1994. O autor assim introduz o livro: “Neste livro se reflete (...) sobre um *fato maior*: a vigência de uma estarecedora lógica da exclusão no mundo de hoje. Partes enormes da população mundial passam ao rol de ‘massa sobranter’ (...)” (p. 05) (grifo do autor). O primeira parte do livro é dedicada ao “fato maior”, designada pelo autor de “lógica da exclusão e massa sobranter”.

vas a um **tecnicismo supostamente inoperante**, ou a um **passadismo definitivamente inoperante**".

Roberto Muniz Barreto de CARVALHO pretende "apanhar e compreender a construção e o significado da Pedagogia Progressista" proposta por Snyders". O autor debruça-se sobre o tema/conceito "**alegria na escola**", presente especialmente nas últimas obras do referido "pedagogo marxista, que trabalha com a educação na perspectiva da luta de classes". Carvalho faz questão de afirmar que a busca da "**alegria na escola**" não implica o abandono dos "pressupostos [paradigma?] marxistas".

Os dois últimos trabalhos, sem abandonar o conceito razão, trazem ao debate os conceitos "**ideologia**" e "**subjetividade**". José POLICARPO JÚNIOR "demonstra que a subjetividade não pode ser concebida de forma separada do indivíduo, embora sua constituição se dê sob a coerção da ideologia". Em se tratando do atual contexto capitalista, **ideologia e subjetividade se confundiriam**. Nesse sentido, a longa "conclusão" do autor situa a educação na tensão entre formação e ideologia.

Por fim, Sílvio GALLO reflete a ambigüidade da educação. Diz: "Podemos afirmar que processos educativos podem estar voltados para a subjetivação que territorializa os indivíduos num determinado panorama ideológico, mas também podem ser a base de uma **singularização**, a partir da qual cada indivíduo pode construir-se livremente. Diferentemente de Policarpo Júnior, Gallo discute a educação na **tensão** entre subjetivação (definida como redoma ideológica) e singularização (concebida como construção autônoma da subjetividade).

Espero que a introdução ora explicitada possa ser assumida pelos leitores e/ou debatedores como uma das muitas expressões possíveis no cenário dinâmico e complexo do polifônico e polissêmico debate acadêmico, especialmente quando a crítica da "crise da razão" também pode (e deve) ser assumida como autocrítica por aqueles que pretendem realizar a reflexão filosófica (da educação).

Florianópolis, agosto de 1999.

Ari Paulo Jantsch
(organizador)